

APRESENTAÇÃO

DST, AIDS e sociedade em 2010

Nossa opção por um número temático sobre DST e Aids da revista TEMPUS – Actas em Saúde Coletiva corresponde a um desejo de refletir sobre o status das pesquisas e das políticas concretizadas em ações sobre os problemas referentes ao tema no ano 2010. Esse ano reveste importância particular por constituir o último ano da administração do presidente Luis Inácio Lula da Silva, primeiro presidente operário e sindicalista do Brasil. No contexto internacional, este ano corresponde ao segundo ano da administração do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama. Na realidade brasileira, o último ano dos oito do governo Lula, é um excelente momento para revisitar a concretização das políticas de prevenção e assistência no campo das DST, HIV e das hepatites virais, 29 anos após o advento da crise da Aids, 22 anos após a promulgação da Constituição, e em meio à institucionalização descentralizada de ações de promoção, prevenção e assistência no Sistema Único de Saúde.

Na realidade norteamericana, destaca-se a virada de uma administração do partido democrata após uma hegemonia republicana desde 2001, em que a menção do uso do preservativo tinha que ser sistematicamente acompanhada da promoção da abstinência sexual ou, pelo menos, do adiamento da iniciação sexual. Houve também uma rejeição às estratégias de redução de danos. Desconhecemos os efeitos dessas políticas sobre a saúde das minorias e da população excluída. Na nova administração, as expectativas se multiplicam em meio à reforma do setor saúde em um país em

que a assistência à saúde era mediada por planos de saúde particulares oferecidos por companhias com fins lucrativos. Os problemas estruturais dos Estados Unidos contrastam com o contexto canadense em que o governo conservador de Stephen Harper não tem ameaçado nem destruído o sistema público de acesso universal, contando ainda com estratégias inovadoras de abordagem aos problemas relacionados com a promoção, prevenção e atenção à saúde, que se refletem particularmente na questão do uso de substâncias psicoativas.

O ano 2010 constitui um momento de reflexão ao encerrar a década. No Brasil, o tema DST/aids apresenta um vasto campo de reflexão das nossas práticas. Há de se repensar o impacto das medidas de prevenção sobre a incidência de HIV e de Aids, no momento em que se comemora a redução da transmissão mãe-filho do HIV e a diminuição da mortalidade por aids. São crônicos os efeitos decorrentes da falta de adesão aos tratamentos, onde o papel dos serviços públicos de saúde é crucial. A situação é ainda crítica em problemas teoricamente muito mais simples e de responsabilidade do serviço de saúde, como é o caso da sífilis congênita. É também urgente a avaliação da política de redução de danos e outras estratégias de resposta por parte do setor saúde para a problemática do uso e dependência de substâncias principalmente porque tais medidas têm interface com a implementação da política de assistência à saúde mental em um nível próximo, porém desintegrado da atenção básica. No momento de escalada do uso de crack, a

implementação descentralizada dos Centros de Atenção Psico-Social para álcool e drogas (CAPS-AD) experimenta dificuldades em realidades heterogêneas e complexas. Há também dúvidas quanto às decisões que devem ser tomadas em torno aos consensos sobre HPV. Isto só para mencionar alguns dos problemas relacionados à DST, HIV e Aids que permanecem como desafios. Por isso, este número traz reflexões instigantes para a nova década em que outros governos e práticas renovadas devem definir os rumos da efetivação das políticas públicas.

**Maria Fátima de Sousa
Edgar Merchan Hamann**